

Os pontos de atritos no Congresso

Rubem Azevedo Lima

Além do conflito entre o Legislativo e o Executivo, decorrente da negativa da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em enviar ao senador Jamil Haddad, (PSB-RJ), a relação de correntistas que sacaram mais de 500 mil cruzeiros de suas contas bancárias, às vésperas da assinatura do plano Brasil Novo, outro confronto se instalou ontem, envolvendo agora a Câmara dos Deputados e o secretário da Administração, João Santana. Convocado a explicar à comissão do Trabalho dessa casa, os critérios governamentais para a dispensa de 360 mil servidores públicos, o secretário escusou-se, em quatro oportunidades, de atender à convocação, sob os mais variados pretextos.

Em consequência, o presidente dessa comissão, deputado Amauri Muller (PDT-RS), pediu ao presidente em exercício da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), o enquadramento do secretário pela prática de crime de responsabilidade.

Outro atrito esse de natureza pessoal — é o que envolve o secretário de Imprensa do presidente Fernando Collor, jornalista Cláudio Humberto, e o ex-ministro Roberto Cardoso Alves, deputado federal pelo PTB paulista. Há tempos, referindo-se ao deputado, numa entrevista à jornalista Teresa Cardoso, do *Jornal do Brasil*, Cláudio Humberto teria declarado que, com este, "a conversa seria na Polícia". Cardoso está processando o secretário de Imprensa e quer que ele esclareça porque, a propósito de seu nome, fez alusão à polícia.

Depois da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal —que, segundo pronunciamento do senador José Paulo Bisol (PSB-RS), ao considerar inconstitucional a Medida Provisória 190, havia provado ao País sua importante existência o Congresso parecia sentir-se estimulado a não aceitar mais o tratamento de descaso que lhe vem sendo dispensado pelo Executivo. Por sinal, no plenário do Senado, Bisol, considerara "uma brincadeira o ofício com que a ministra Zélia se omitira de informar o Congresso a respeito das retiradas bancárias". "Vamos continuar bricando em torno desse ofício? Quando o Senado levantará a cabeça?" — indagou ele, diante do silêncio de seus pares.

Diante da gravidade do problema, o senador Nelson Carneiro, presidente do Senado, resolveu afinal marcar data para o eventual processo contra Zélia.

O clima de confronto que se verifica entre o Legislativo e o Executivo — diga-se de passagem decorre, principalmente, de interpretações restritivas que algumas autoridades do executivo estão dando a dispositivos constitucionais, relacionados com o funcionamento do Congresso.

Ainda assim, começa a surgir, no Legislativo, um tipo de comportamento radicalizante, envolvendo os próprios congressistas, que participam de atritos entre si em face do posicionamento que assumem em face do governo federal. Na sessão do Congresso, quarta-feira à noite, por divergências incontornáveis quanto à votação da Medida Provisória 184, houve até tentativas de coação contra a mesa que dirigia os trabalhos legislativos. O ex-líder do PFL, deputado José Lourenço, da Bahia, atacou o senador Iram Saraiva, presidente da sessão, arrancando o microfone da presidência, atirando-o ao chão. Em face do acontecido, Nelson Carneiro enviou, ontem, representação ao deputado Inocêncio de Oliveira, acusando Lourenço de haver faltado com o decoro parlamentar.

Na opinião de velhos congressistas, o Legislativo brasileiro está descendo da costureira estratosférica da retórica para a realidade de um País em crise, armado, agora, dos poderes que lhe confere uma Constituição reativada pelo Supremo Tribunal Federal.